



RECENSÃO

*Inmigración trabajo y servicio domestico
(en la Europa Urbana, siglos XVIII-XX),
de I. Dubert e V. Gourdon (eds.),
por Inês Brasão*

Análise Social, LV (1.º), 2020 (n.º 234), pp. 201-205

<https://doi.org/10.31447/AS00032573.2020234.10>

ISSN ONLINE 2182-2999

EDIÇÃO E PROPRIEDADE

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Av. Professor Aníbal de Bettencourt, 9
1600-189 Lisboa Portugal — analise.social@ics.ul.pt

<https://doi.org/10.31447/AS00032573.2020234.10>

R

DUBERT, I. e GOURDON, V. (eds.)

Inmigración trabajo y servicio domestico

(*en la Europa Urbana, siglos XVIII-XX*),

Madrid, 2017, Collection de la Casa de Velázquez, 304 pp.

ISBN 9788490961810

Inês Brasão

Não é raro que a academia promova encontros em torno de um livro. Esta obra nasce do processo inverso. É o resultado de uma compilação de estudos apresentados num encontro promovido pela Casa Velasquez, ocorrido na cidade de Santiago de Compostela. O volume teve a contribuição de 13 autores para um conjunto de 11 estudos que percorrem uma Europa em estado de ebulição, não muito diferente da de um punhado de milho crepitando num tacho de óleo

fervente, em que os grãos vão saltando e ganhando espaço de um lado ou outro do líquido, acomodando-se e multiplicando-se, entre os séculos XVIII e XX, em tensão crescente. Mas, no livro, em vez de “grãos”, falamos de trabalhadores.

O propósito da obra é claro: pensar a formação das estruturas das sociedades da Europa a partir de três vetores: migrações, mercado de trabalho e serviço doméstico. Se, em relação aos dois primeiros, migrações e trabalho, não

surpreende a conexão – afinal, foi esta a história da industrialização que nos contaram desde tenra idade escolar – a inclusão do terceiro vetor acaba por ser a pedra-de-toque no ângulo analítico proposto. Seja embora uma chave de decodificação pouco refletida na academia, há uma correlação muito estreita entre a construção da civilidade e da subalternidade doméstica, e este livro demonstra-o.

Importará perguntar por que razão um livro como este só vê a luz no ano de 2017. Será fruto de uma falha de imaginação da comunidade de investigadores que labora neste campo de estudos? De resistências editoriais em abraçar um tal tipo de formato e objeto? Ou, mesmo, da persistente secundarização do trabalho subalterno enquanto tema historiográfico? Em boa verdade, a resposta é bem ensaiada pelos organizadores do volume nas primeiras páginas da “Introdução”, quando salientam o papel fundamental que teve a criação da base de dados *BALSAC* no ano de 1972, originalmente formada para reconstituir a genealogia das famílias e eventos vitais dos descendentes dos pioneiros franceses que migraram para o Canadá, desde o final do século XVII. Posta ao serviço da história de emigração transcontinental, foi a perceção da potência narrativa deste género de cartografia social que suscitou a criação de outras bases, em França, e em outros países europeus, permitindo a construção de grandes séries demográficas com recurso a fontes como livros paroquiais, registo civil, escrituras ou pleitos. De acordo com os seus organizadores, a partir desse momento os estudos migratórios

passaram a ter bases empíricas, deixando de ser sustentadas por premissas assumidas sem questionamento, como industrialização apenas alimentada pelo êxodo rural. Se saliento este facto é porque me parece que, por si só, ilustra bem o caso do desinvestimento das políticas de ciência, em Portugal, para a compreensão da história do país no tempo longo, com recurso a estes meios.

É verdade que nomes como Rachel Fuchs, Theresa McBride ou Selina Todd, já constituíam referências obrigatórias no mapeamento do problema servil doméstico em França e Inglaterra. No entanto, este livro, pela abrangente cobertura espacial e temporal contemplada, apresenta um relevante conjunto de virtudes para o estudo da questão servil numa perspetiva comparada. Uma delas prende-se com o facto de não confinar o problema do serviço doméstico à condição feminina. No perpassar das 304 páginas, dos estudos de caso de Turim à Galiza, passando por Charleville ou Lisboa, entre outras cidades e regiões, fica demonstrado que a condição servil doméstica teve, no passado, uma expressão de género bem mais paritária, embora com significativa sobrerrepresentação das mulheres na domesticidade privada.

Uma segunda virtude desta compilação de estudos advém do facto de partir de uma problematização sobre a raiz das estruturas das sociedades antigas que deixa o seu lastro, mais ou menos em carne viva, nas sociedades de hoje, assente em pressupostos estereotipados, nomeadamente na conexão simplista entre fome, êxodo rural e cefalia urbana.

Não são raras as abordagens à longa história das migrações, internas ou internacionais, limitada à ideia de que esta foi mediada, apenas, por limitações económicas e sociais. Ora, aqui, compreendemos que o peso das aspirações laborais ou dos interesses familiares não é descartável na trajetória dos indivíduos, algo que introduz um *tournant critique* na história social tendente a interpretar a migração com base em fatores de constrangimento conjuntural, e menos de autonomia e desejo de mobilidade. Isto é, acentuando o carácter racional de decisões tomadas pelos mais desfavorecidos, ao invés de pressupor, acriticamente, a sua mobilização “forçada” e acéfala.

Correndo o risco (assumido) de alguma generalização, a maior parte da produção bibliográfica sobre o fenómeno do trabalho doméstico concentra-se entre os finais do século XIX e os anos de 1960 do século XX. Neste período, com algumas flutuações, dá-se fundamentalmente aquilo que Lewis Coser (1973) descreveu como “*the obsolescence of the servant occupational role*”, e é esse capítulo de aceleração histórica que tem atraído muitos investigadores. É verdade que a questão do trabalho doméstico ganhou um novo fôlego na academia por força da torrente dos estudos pós-coloniais empenhados na compreensão da reprodução das estruturas de subalternidade laborais no mundo globalizado mas, com efeito, havia uma certa “fome” de alargar o corte temporal e fundacional do problema a períodos mais recuados. Esse exercício comparado permite compreender o serviço doméstico enquanto fenómeno a

diferentes velocidades, poroso e flexível, como nem sempre é evidenciado.

Olhando o caso português aqui integrado, da autoria de Teresa Ferreira Rodrigues e Susana de Sousa Ferreira, fica sublinhada a influência preponderante das migrações ocorridas a partir da segunda metade do século XIX no comportamento social e demográfico de todo o século XX. Além de nos trazer dados sobre a demografia migratória de género, um dos apontamentos que se destaca é o facto de a mobilidade não olhar a origens de classe. Tal fica demonstrado quando ficamos a saber que algumas das profissões dominantes nestes formigueiros humanos colhiam de igual modo professores, diplomatas, estudantes, aventureiros, mercadores, soldados ou marinheiros. Afinal, um prenúncio de tempos que haviam de tornar esta realidade ainda mais massificada.

Um exemplo extremo das vantagens de levar a cabo uma história comparada é o de poder desafiar teses e escolas consensualizadas sobre o fenómeno. É o que faz Beatrice Micheletto no seu estudo sobre migração feminina e domesticidade em Turim (séculos XVII-XIX). Desafia o conceito de *life cycle*, de Peter Laslett, assente na ideia de que o trabalho doméstico constituía um passo transitório na construção de uma carreira de vida, terminando no momento do matrimónio, cerca dos 25 anos. Ao contrário, Micheletto encontra nas suas fontes prova substantiva de servidores domésticos investindo no celibato, não especialmente dirigidos ao matrimónio, mas à fidelidade e estabilidade

proporcionada pelo serviço ao seu amo. Ora, a partir desta ideia, fica rebatido o entendimento da servilidade doméstica enquanto *bridging occupation* (p. 178), abrindo desafios novos à reflexão sobre o comportamento servil.

Numa outra perspectiva, o caso trazido pela análise do fenómeno na Galiza, especialmente centrado na correlação entre trabalho infantil e trabalho doméstico, permite identificar um padrão de servilidade doméstica semelhante ao português: quando as raparigas migravam para ir trabalhar em casa dos senhores, ainda crianças, na cidade, a carreira de trabalho tinha início com a função de cuidadoras dos filhos da casa, por dois ou três anos, só depois assumindo outras dimensões do serviço. Num vislumbre da marca estrutural do impacto deste fenómeno no século XIX, em Ourense, cerca 58% das meninas eram assinaladas como “criadas” (p. 257). Ao mesmo tempo, a análise da distribuição das ocupações por género também contribui para desfazer mitos sobre a rígida divisão sexual do trabalho. Nomeadamente, o facto de a indústria tabaqueira contar com 34% da força de trabalho de raparigas contra 1% de rapazes, ou de o serviço doméstico masculino ter percentagens próximas dos 10%, semelhantes às que encontramos nos censos do início do século XX, em Portugal.

Sem espaço para me deter sobre o conjunto dos valiosos contributos presentes neste volume, não resisto a ensaiar uma pequena nota sobre o artigo de François-Joseph Ruggiu sobre as consequências do prolongamento dos *grand garçons*, jovens

tardios, no domicílio dos ascendentes. O autor averigua as causas desta coabitação prolongada no século XVIII sem qualquer referência a fenómenos concomitantes, no presente. Mas, por essa mesma razão, sente-se alguma falta de estabelecimento de “pontes” com questões que estruturam as sociedades atuais. Assim, teria sido um desafio interessante que alguns dos estudos beneficiassem de uma capacidade de refletir além das suas cronologias e da sua gula estatística, extremamente relevante, mas pela qual não devemos ficar deslumbrados. Um tal dispositivo seria de uma enorme vantagem para a consolidação da grande marca do livro: a demonstração de que a espessura das estruturas sociais se faz sentir muito além dos dados do seu tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COSER, L. A. (1973), “Servants: the obsolescence of an occupational role”. *Social Forces*, 52(1), pp. 31-40.
- FUCHS, R., MOCH, L.P. (1990), “Pregnant, single, and far from home: migrant women in nineteenth century Paris”. *The American Historical Review*, 95(4), pp. 1007-1031.
- MCCBRIDE, T.M. (1976), *The Domestic Revolution, The Modernization of Household Service in England and France 1820-1920*, Londres, Croom Helm London.
- TODD, S. (2009), “Domestic service and class relations in Britain 1900-1950”. *Past and Present*, 203(1), pp.181-204. <https://doi.org/10.1093/pastj/gtp014>.

BRASÃO, I. (2020), *Recensão “Inmigración trabajo y servicio domestico (en la Europa Urbana, siglos XVIII-XX, Madrid, 2017, Collection de la Casa de Velázquez”*. *Análise Social*, 234, LV (1.º), pp. 201-205.

Inês Brasão » ibibrasao@gmail.com » Escola Superior de Turismo e Tecnologias do Mar » Campus 4, Instituto Politécnico de Leiria, Santuário de Nossa Senhora dos Remédios — 2520-641 Peniche, Portugal » <https://orcid.org/0000-0002-0420-5834>.
